

## ELEMENTOS CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE MATO GROSSO E DA MESORREGIÃO NORTE MATOGROSSENSE

Ademir Machado de Oliveira<sup>1</sup>

Marines Orlandi<sup>2</sup>

Beatriz Aparecida Santos de Oliveira Borba<sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo analisou a dinâmica evolutiva socioeconômica da Mesorregião Norte de Mato Grosso, destacando os elementos condicionantes desta evolução. A análise centrou nos municípios pólos da região, os quais guardam entre si padrão econômico (agronegócio) e de desenvolvimento semelhante, em que pese o fato de terem sofrido, em sua maioria no mesmo período, especialmente a partir dos governos militares (1964-1985), processo intenso de colonização e urbanização. Em síntese, a metodologia adotada, realizou-se primeiramente revisão bibliográfica destacando elementos teóricos de desenvolvimento regional. Na sequência, fez-se a pesquisa histórica com resgate da colonização. Como terceira etapa tem-se a pesquisa descritiva quali-quantitativa, onde se consolida dados socioeconômicos e ambientais da região. E, por fim, a pesquisa qualitativa busca extrair os principais resultados. Dentre os quais cabe destacar que: os elementos condicionantes da evolução da Mesorregião Norte Matogrossense foram as ações articuladas dos governos militares, e que integram definitivamente esta região ao restante da economia matogrossense, e também integram esta a economia brasileira.

**Palavras-chave:** Mesorregião Norte Matogrossense, Desenvolvimento Regional, Dinâmica Socioeconômica.

### ABSTRACT

This study examined the evolutionary dynamics of socioeconomic northern Mesoregion Mato Grosso, highlighting the determining factors behind this trend. The analysis focused on polar cities in the region, which hold together the economic standard (agribusiness) and similar development, despite the fact that they suffered, mostly in the same period, especially since the military government (1964-1985), intense process of colonization and urbanization. In summary, the methodology adopted, there was first a literature review highlighting the theoretical elements of regional development. Subsequently, it was the rescue of historical research with redemption of colonization. As a third step we have the qualitative and quantitative descriptive research, which consolidates data and socioeconomic environment of the region. Finally, qualitative research aims to extract the main results, among which we highlight that: the elements affecting the evolution of the Greater Northern Region Mato Grosso were the joint actions by the military governments, and finally integrating the region with the rest of the economy Mato Grosso, and also part of this the Brazilian economy.

**Keywords:** North Meso-region of Mato Grosso, Regional Development, Socioeconomic Dynamics.

### 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo principal descrever e analisar a dinâmica evolutiva socioeconômica da mesorregião norte do estado de Mato Grosso, destacando os

---

<sup>1</sup> Professor Assistente B da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

<sup>2</sup> Professor assistente da Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso – UNEMAT.

<sup>3</sup> Acadêmico da Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

elementos condicionantes desta evolução. Para a análise, foram pesquisados os municípios pólos de Alta Floresta, Diamantino, Juara, Juína, Sinop e Sorriso, que se destacam pelas similaridades do seu agronegócio.

Diante disso, o estudo adota como problemática central a busca por entender melhor: Qual a dinâmica evolutiva socioeconômica da Mesorregião Norte do estado de Mato Grosso, que pode ser destacada pela análise dos municípios pólos dessa região desde a década de 1970 e que elementos são os condicionantes desta evolução?

Assim sendo, adota-se como hipótese central: os elementos condicionantes da evolução da Mesorregião Norte Matogrossense foram as ações articuladas (políticas e programas) dos governos militares (1964-1985) e que integram definitivamente esta região ao restante da economia matogrossense e a economia brasileira.

A pesquisa se justifica dado que um estudo que analise a evolução socioeconômica da região Norte Matogrossense torna-se importante para compreender melhor a dinâmica desta evolução regional, pois apesar da Mesorregião Norte (chamada muitas somente de região norte neste estudo) ser a maior do estado de Mato Grosso, com 55 dos 141 municípios, a mesma é carente de informações e estudos que busquem disponibilizar dados e indicadores que deem suporte à política e planejamento regional e estratégias empresariais.

Para compreender o contexto em que se deu a evolução socioeconômica da Região Norte Matogrossense adotou-se o método de abordagem dedutivo o “que partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares” (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.106).

Como operacionalização da pesquisa, realizou-se primeiramente a pesquisa e revisão bibliográfica, destacando os principais elementos teóricos de desenvolvimento regional. Na sequência, fez-se a pesquisa histórica, apresentando resgate da colonização, com destaque para os planos e programas dos governos federais e estaduais voltados à região na época em questão. Como terceira etapa fez-se a pesquisa descritiva quali-quantitativa, onde buscou consolidar dados socioeconômicos e ambientais da região ao longo do período 1965 a 2009 (a maior parte dos dados parte de 1968 que é quando se tem a primeira publicação do “Anuário Estatístico” de Mato Grosso: <http://www.anuario.seplan.mt.gov.br/>). Tanto a pesquisa histórica como a descritiva quali-quantitativa se deram através do levantamento de dados em fontes primárias e secundárias, efetuadas com base nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em documentos, relatórios e anuários produzidos pela Secretaria de Planejamento do estado de Mato Grosso (SEPLAN-MT), em informações e dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), da Associação dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) e do portal Mato Grosso e seus Municípios ([www.mtseusmunicipios.com.br](http://www.mtseusmunicipios.com.br)), entre outros. Por fim, a pesquisa qualitativa busca extrair os principais resultados, que permitam destacar a dinâmica do desenvolvimento regional

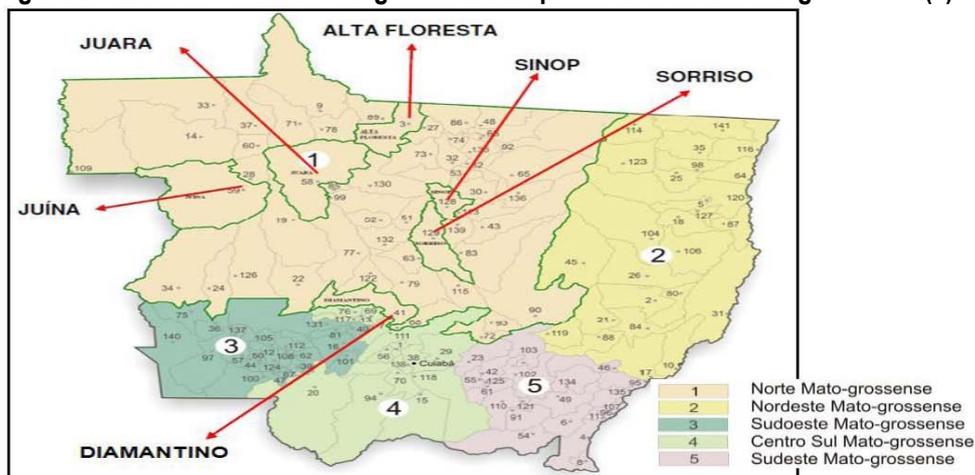
ocorrido.

A região norte corresponde com cerca de 53,55% dos 903.357,7 km<sup>2</sup> do território de Mato Grosso e engloba 55 dos seus 141 municípios. Nela estão compreendidas 8 das 22 microrregiões do estado (segundo o IBGE) e 6 regiões de planejamento das 12 regiões do governo de Mato Grosso (SEPLAN-MT, 2007).

Assim, estabeleceu-se então a adoção de amostra, a qual é composta pelos 6 municípios pólos representantes das 6 regiões de planejamento pertencentes a região. O município pólo é definido pela SEPLAN-MT (2007) por apresentar características socioeconômicas e geoambientais que congregam as características dos demais municípios à sua região pertencente, além de ser o de maior expressão populacional e econômica na região de planejamento que é pólo.

Assim sendo, o uso da amostra não apresenta perda de generalidade dos dados pelo fato dos municípios pólos em seu conjunto resguardarem as características essenciais de todo o território (MARCONI e LAKATOS, 2006). Desta forma, a figura 2 apresenta a Mesorregião Norte de Mato Grosso com destaque os municípios pólos das Regiões de Planejamento pesquisados.

**Figura 2 – Mato Grosso: Mesorregiões e Municípios Pólos da Mesorregião Norte (1)**



Fonte: Adaptado de SEPLAN-MT (2007)/IBGE (2000)

## 2. DESENVOLVIMENTO

A seguir, apresentam-se, de forma sintética, os principais elementos teóricos que dão suporte as análises e interpretações da pesquisa:

## 2.1. Fundamentos de Desenvolvimento Regional e Sustentável

Na visão de muitos pensadores, crescimento e desenvolvimento econômico são equivalentes em termos de proposições, pois para estes não tem como uma região se desenvolver sem crescer. Portanto, a base do desenvolvimento seria o crescimento econômico (SCATOLIN, 1989).

Nesse sentido, Furtado (1961; 2000) defende também que o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida. Nesta perspectiva, Ferreira de Lima (2010), comenta que o crescimento econômico se faz com o desenvolvimento econômico territorial, que perpassa pela estruturação da sociedade via instituições.

No âmbito regional, existe uma infinidade de teorias para o fomento regional. Estas teorias têm como base modelos exógenos ou endógenos de desenvolvimento. Os modelos endógenos de desenvolvimento são baseados nos fatores locais e redes de micro e pequenas empresas, organizadas sob as formas de aglomerados e arranjos produtivos locais (APLs) e sistemas locais de produção (SLPs). Nos modelos exógenos, o desenvolvimento baseia-se em políticas de oferta de condições e incentivos diretos para o desenvolvimento de uma região, como rodovias, juros baixos, incentivos tributários, programas de modernização tecnológica, aquisição de equipamentos... (FIGUEIREIDO, 2004; AMARAL FILHO, 2001).

Neste sentido, para Amaral Filho (2001) os modelos de desenvolvimento regional de cunhos evolucionistas e institucionalistas se identificam com ações descentralizadas das empresas e das instituições públicas com forte processo de reciprocidade entre eles e baseiam-se em relações de concorrência e de cooperação (coopetição) entre as empresas. Nisso, uma estratégia de desenvolvimento que visa munir um determinado local ou região de fatores locacionais sistêmicos capazes de torná-lo um pólo dinâmico de crescimento necessitam adotar projetos econômicos de caráter estruturante, que podem estar ligados a algum tipo de vocação da região. O autor destaca ainda que “não há receita pronta para esse tipo de desenvolvimento” (AMARAL FILHO, 2001, p. 278).

Souza (2005) afirma que o desenvolvimento econômico não surge de maneira uniforme no espaço. Percebe-se que de fato existem diversos caminhos para o desenvolvimento, especialmente porque visam em última instância o aumento da competitividade local.

Mas não obstante os aspectos de competitividade local, o desenvolvimento envolve muitos outros aspectos, em que cabe destacar que a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção; a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (FURTADO, 2000, p. 22). Na questão de utilização dos recursos escassos, o desenvolvimento sustentável defende a preservação do meio

ambiente, sobretudo dos recursos naturais não renováveis. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável pode ser visto como o desenvolvimento que concilia a viabilidade econômica dos empreendimentos produtivos, com distribuição dos ganhos econômicos de modo socialmente equitativo e com uso preservacionista (sustentável em longo prazo) dos recursos naturais (CAMARGO, 2005). Então, o desenvolvimento sustentável deve ser analisado na mesma ótica do desenvolvimento regional, mas com ênfase a como se deram os processos de produção (que sistemas de produção foram empregados) e distribuição dos bens e seus impactos socioeconômicos e ambientais sobre a sociedade.

Portanto, o desenvolvimento regional baseado em modelo de desenvolvimento de qualquer natureza, envolve processos socioeconômicos de produção e fluxos de renda e bens que possuem efeitos significativos sobre as condições estruturais da região e de vida de sua população. Assim, o desenvolvimento regional deve ser analisado como resultante do conjunto de eventos principais que afeta de forma decisiva na alocação dos recursos e na distribuição dos bens entre os membros de uma sociedade em um dado momento histórico.

Neste sentido, em decorrência da Mesorregião Norte Matogrossense pós década de 1950 passar por intensos processos de colonização e urbanização, acredita-se que as mudanças que a região passou possa servir de referência para identificar os elementos condicionantes da sua dinâmica evolutiva socioeconômica.

## **2.2. Evolução das Políticas e Planos Estatais no estado de Mato Grosso**

O Planejamento Estatal pode ser visto como um conjunto de ações interligadas e complementares, realizadas nas diferentes instâncias da organização governamental, com vista no atingimento de determinado objetivo, englobando estudos, decisões estratégicas, formulação de planos e programas, bem como o acompanhamento e controle de sua execução (PEREIRA, 2003).

No Brasil, o Plano Salte inaugura o processo de planejamento governamental (BRITO, 2004) e no estado de Mato Grosso, Siqueira (1990) e Moreno e Higa (2005) afirmam que o planejamento federal teve início através da política federal de ocupação dos “espaços vazios”. Isto se deu pelo programa denominado “A marcha para o Oeste”, de Getúlio Vargas (1937-1945), o qual visava fixar brasileiros em território matogrossense, através de assentamentos em pequenas propriedades rurais, cujo objetivo era a absorção de excedentes populacionais do sul e sudeste do Brasil. A função ficou a cargo da Fundação Brasil Central, que mapeou e criou núcleos populacionais em diversas áreas do Centro-Oeste. Em Mato Grosso, a Fundação Brasil Central na região de Dourados, na época, sul de Mato Grosso, atualmente Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, criou colônias de assentamento. No atual Mato Grosso, a fundação atuou ativamente na região leste, especificamente no Vale do Araguaia e no município de Barra do Garças. Como resultado

da atuação da autarquia, surgiram diversos núcleos urbanos, destacando-se a cidade de Nova Xavantina (ALVES Jr, 2003).

O governo Juscelino Kubitschek (1956-61) é marcado com a construção de Brasília (que passa a ser Capital Federal do Distrito Federal), no estado de Goiás e os investimentos em infraestrutura na região Centro-Oeste, decorrentes do Plano de Metas, levaria a uma maior integração econômica, especialmente ao estado de Goiás, da região nordeste de Mato Grosso. Com o lema "50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo", JK iniciou as construções das rodovias Belém-Brasília (inaugurada em 1959, concebida como parte de um projeto maior da rodovia Transbrasiliana - BR 156) e Brasília-Acre (hoje denominada BR-364, concebida no período Getulista e até hoje com muitos trechos sem asfaltamento).

Outra rodovia importante da Era JK, é a BR-070, que se inicia em Brasília (DF) e termina no município de Cáceres-MT, na fronteira com a Bolívia. Contribuiu para que Goiânia se consolidasse como área de influência socioeconômica sobre o centro-leste matogrossense, região de Barra do Garças (PEREIRA, 2007).

O governo JK no estado de Mato Grosso promoveu grande venda de terras nas regiões Norte e Noroeste do atual estado no intuito de que as áreas fossem colonizadas. Entretanto, tal tentativa não se efetivou, supostamente por não existir infraestrutura socioeconômica regional. Ao invés de surgirem núcleos urbanos e rurais, houve uma concentração de grandes extensões de terras com particulares, que passaram a especular com a venda das terras.

Nos governos militares (1964-1985), Mato Grosso, por ter os biomas Amazônico<sup>4</sup> e Cerrado (WWF-BRASIL, 2009), passa a se beneficiar das políticas e ações da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (voltada a Amazônia) e da SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (voltada ao Cerrado), ambas com o objetivo central, de coordenar e concentrar a ação governamental de planejamento e implantação de infraestrutura socioeconômica e institucional nas regiões Norte e Centro-oeste, respectivamente.

Para Moreno e Moreno e Higa (2005), a partir da década de 1970, a redefinição de novos espaços econômicos foi orientada pela "política de integração nacional" a partir da dinamização das economias regionais. Nesse sentido, sob o comando do Governo Médici, foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), cujo lema era "integrar para não entregar". Essa preocupação fica claro na visão do general Venturini "[...] garantir a presença física brasileira numa região despovoada, e com isso consolidar a integridade do território nacional" (SILVA, 2005). Souza (2004, p.73), complementa dizendo que o PIN tinha como objetivos financiar obras de infraestrutura como: construir estradas e viabilizar a

---

<sup>4</sup> No Governo Vargas, em 1955, por meio da Lei 1.806/1953, todo o território de Mato Grosso foi incorporado à "Amazônia Legal", constituída com conceito político e não por imperativo geográfico.

colonização às suas margens; integração das áreas amazônicas e nordestinas à nacional.

Órgãos federais foram criados com objetivo de dar suporte à colonização como o Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária (INCRA), criado em 09 de julho de 1970, sendo responsável pela criação e demarcação dos espaços vazios de colonização e assentamentos. Com a “federalização das terras amazônicas”, na época áreas de 100 km (Decreto-lei nº 1.164/71) de cada lado das margens das rodovias federais no estado foram incorporadas ao patrimônio da União e suscetíveis diretamente aos seus programas de colonização, foram alvos de projetos de assentamentos do Incra, que teve clientela sulista, pelo fato de esgotamento das fronteiras nesta região, impulsionando o seu deslocamento para a região em busca de reproduzir seu modo de vida (MORENO e HIGA, 2005).

Em 1975 foi instituído o Instituto de Terras do estado de Mato Grosso (INTERMAT), em substituição ao CODEMAT, com objetivo de planejar e executar as políticas agrária e fundiária do estado, a identificar as áreas devolutas e incorporá-las ao patrimônio do estado e a regularizar as já ocupadas de maneira a eliminar conflitos sociais provocados pelo uso e posse de terra (MORENO e HIGA, 2005).

Em 1977, o presidente Ernesto Geisel assina a divisão de Mato Grosso, criando Mato Grosso do Sul, que fica com 55 dos 93 municípios, porém Mato Grosso fica com maior área, 903.357,700 dos 1.231.549 km<sup>2</sup>. Com a divisão, surge a necessidade de intensificar a ocupação das regiões do Médio-Norte e do Norte Matogrossense, como forma de recompor parte da renda que foi perdida com a divisão. Assim, segundo a Federação da Agricultura do estado do Mato Grosso (FAMATO), o Incra e a Sudam passam a ter papel ainda maior como planejadores e financiadores do desenvolvimento agropecuário na região, a oeste do Parque Nacional do Xingu (criado em 1961), no Médio-Norte Matogrossense.

Segundo Villar (2005, p. 20-21), as finanças do estado de Mato Grosso foram restabelecidas após a divisão do estado, com vendas de centenas de milhares de hectares à empreendimentos de colonização privada, as mesmas devidamente autorizadas pelo governo federal. Algumas das empresas colonizadoras privadas foram: Colonizadora Feliz (Sorriso), SINOP (Vera, Cláudia, Santa Carmen e Sinop), Maiká (Marcelândia), LÍDER (Colíder, Nova Canaã do Norte), INDECO (Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás). Segundo Souza (2004, p. 98), a colonização privada foi definida como “a nova maneira de promover o aproveitamento econômico da terra”. Esta modalidade de colonização se tornou viável com a criação do Proterra, que oferecia créditos para financiamentos e compra de terras na Amazônia Legal, especialmente as margens das rodovias federais.

Apesar do grande esforço dos governos, especialmente o federal, os objetivos da política de integração econômica do centro-oeste e Amazônia a economia nacional ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, defrontaram-se com diversas dificuldades de integração, como as desigualdades regionais, concentração de propriedade, riqueza e renda, baixo nível tecnológico, não conhecimento das potencialidades, entre outras

(BRITO, 2004).

No aspecto ambiental, Monosowski (1989) destaca que as estratégias de desenvolvimento baseada na implantação de grandes projetos de infraestrutura ou de exploração de recursos naturais adotadas desde os anos 1950, assumiram características que privilegiaram o crescimento econômico a curto prazo e que produziram importantes impactos negativos no meio ambiente no período. Somente depois da Constituição Federal de 1988, com novas regulamentações e instrumentos mais sofisticados para o planejamento e gerenciamento ambiental, é que o Estado brasileiro tem uma política ambiental, que passa a pensar o desenvolvimento socioeconômico conciliando com aspectos ambientais.

Atualmente, de acordo com o Ministério de Integração Nacional, três planos estratégicos de desenvolvimento socioeconômico ambiental contemplam o estado de Mato Grosso: o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste 2007-2020 (PDCO) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses planos estão inseridos nas estratégias de planejamento territorial e desenvolvimento regional, que criam e restabelecem parâmetros e instrumentos norteadores da ação governamental expressas na atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR (MIN, 2009).

O PDCO (MIN, 2006) objetivava compor a base estratégica para futuros governos, objetivando a orientação e organização das iniciativas e ações dos governos e da sociedade, de modo a preparar a região para os desafios do futuro.

A seguir, analisam-se os principais efeitos e consequências do processo de colonização e integração da economia matogrossense resultante das políticas e ações governamentais destacadas anteriormente.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1. Breve Síntese da Evolução dos Municípios Pólos da Meso-região Norte Matogrossense**

O município de Alta Floresta foi criado a partir de um projeto de colonização particular, através da INDECO S/A - Integração, Desenvolvimento e Colonização. O que proporcionou essa colonização foi a abertura da BR-163 entre Cuiabá-Santarém ao Km 642, a qual possibilitou à INDECO a construção dos 147 Km de rodovias à noroeste, até a cidade de Alta Floresta (FERREIRA, 2008).

De acordo com o Anuário Estatístico 2007 da SEPLAN-MT, o município de Alta Floresta teve sua emancipação político-administrativa em 18 de dezembro de 1979. Conta com área geográfica de 8.947,07 Km<sup>2</sup>, correspondente a 0,9904% do território de Mato Grosso. Atualmente, com uma população de 49.140 habitantes.

De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em seu Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano

– IDH (calculado com base na longevidade, educação e renda), do município pólo de Alta Floresta vem ascendendo positivamente, sendo que em 1991 possuía IDH de 0,649 e em 2000 foi de 0,779, um valor acima do nacional (0,766) e do estadual (0,767). No ranking do estado, o município tem o 24º melhor IDH.

A formação do município de Diamantino começou poucos anos depois da fundação de Cuiabá, em 18/09/1728, sendo o mais antigo da Mesorregião Norte. Está situado à 209km de Cuiabá com uma área de 7.630,21 km<sup>2</sup>, correspondendo a 0,8446% do território matogrossense (FERREIRA, 2008).

De acordo com o IBGE em 2007, o município apresentava população de 18.428 habitantes. Desta, a maior parte residindo na área urbana (77,05%) e os demais 22,95% da população, na área rural. Conforme o PNUD, o IDH do município de Diamantino vem evoluindo positivamente, onde em 1991 era de 0,736 e em 2000 de 0,788, um valor acima do nacional (0,766) e do estadual (0,767). No ranking do estado, o município tem o 18º melhor IDH.

O município de Cuiabá deu origem ao município de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay Diamantino (depois Diamantino), que deu origem ao município de Porto dos Gaúchos, do qual originou o município de Juara. Segundo Ferreira (2008), o território do município de Juara teve sua colonização iniciada na década de 1970. O primeiro nome da localidade foi Gleba Taquaral dada pela SIBAL - Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica, em 1971.

Segundo dados da SEPLAN-2007, o município de Juara foi criado em 23 de setembro de 1981, fica a 690 km de Cuiabá, possuindo uma área de 21.397,33km<sup>2</sup>, correspondente a 2,3675% do território matogrossense. Em 2007 tinha 32.023 habitantes, sendo a maior parte residente na zona urbana (75,08%) e os restantes 24,92% na rural.

Conforme o PNUD, o IDH do município de Juara embora venha evoluindo positivamente, ainda permanece abaixo das médias nacional (0,766) e estadual (0,767) em 2000, onde seu IDH em 1991 era de 0,650 e em 2000 de 0,763. O município se encontra em 32º melhor IDH do estado.

O município de Cuiabá deu origem ao município de Santo Antônio do Madeira (Porto Velho-RO), que deu origem ao município de Aripuanã-MT, do qual originou-se o município de Juína. O município surgiu a partir da implantação do Projeto Juína, com aproximadamente 411.000 hectares de terras, localizado na região do Alto Aripuanã e Juína-Mirim, entre os kms 180 e 280 da Rodovia AR-1 que se liga a BR-364, a qual passou a se constituir no principal eixo da malha viária prevista para o Pólo Aripuanã (FERREIRA, 2008).

A colonização efetiva se deu a partir de 1978, através de ações da Codemat, que implantou o projeto do Núcleo Juína. A condição de município ocorreu em 09 de maio de 1982, ficando com uma área de 26.251,28Km<sup>2</sup> correspondente a 2,906% do território matogrossense. O município esta a 737 km da Capital, Cuiabá-MT

([www.mtseusmunicipios.com.br](http://www.mtseusmunicipios.com.br)). Em 2007, segundo o IBGE, Juína possuía 39.064 habitantes, destes, 80,15% residentes na área urbana e 19,85% na rural.

Conforme dados do PNUD, o IDH do município de Juína apesar das evoluções ainda permanece abaixo das médias nacional (0,766) e estadual (0,767), em 2000. Em 1991, seu IDH era de 0,666 e em 2000 de 0,749. No ranking estadual o município tem o 47º melhor IDH.

O município de Cuiabá-MT deu origem ao município de Chapada dos Guimarães-MT, do qual se originou o município de Sinop-MT. A origem do município de Sinop é da sigla SINOP (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná). Segundo a Prefeitura Municipal, em 1971, a Colonizadora Sinop montou uma estrutura mista de colonização: atividade agropecuária e indústria de transformação. A estrutura agropecuária constava de seções que se transformaram mais tarde em municípios: Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia. Cada uma delas teria um centro populacional. Em volta do centro, chácaras, e mais ao longe, lotes rurais. A estrutura industrial teria a sede em Sinop, por estar as margens da BR-163. A emancipação do município ocorreu em 17 de dezembro de 1979 (SOUZA, 2002).

De acordo com a SEPLAN-MT (2007), o município de Sinop está localizado a 503 km de Cuiabá, conta com uma área de 3.194,34 km<sup>2</sup>, correspondendo a 0,3536% do território matogrossense. Segundo o IBGE em 2007, o município possuía cerca de 105.762 habitantes, destes, 94,48% residentes na zona urbana e os demais 9,52% na rural. Segundo o PNUD, em 1991 Sinop tinha IDH de 0,764 e em 2000 de 0,807, um valor acima do nacional (0,766) e do estadual (0,767). O município tem o 7º melhor IDH do estado.

O município de Cuiabá deu origem ao município de Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima (depois Rosário Oeste-MT), que deu origem ao município de Nobres-MT, do qual originou o município de Sorriso-MT. A Colonizadora Feliz, em 1977, fundou o povoado de Sorriso e em 13 de maio de 1986, Sorriso passa a condição de município (<http://www.mtseusmunicipios.com.br>).

Segundo dados da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM, o município de Sorriso dista 412 Km da capital Cuiabá e conta com uma área de 9.345,76km<sup>2</sup>, correspondendo a 1,0346% do território matogrossense. Segundo o IBGE em 2007, o município possuía cerca de 55.134 habitantes, dos quais 88,55% residiam na área urbana e 11,45% na rural.

O IDH do município de Sorriso em 1991, segundo o PNUD, era de 0,742 e em 2000 de 0,824, um valor acima do nacional (0,766) e do estadual (0,767). O município tem o 1º melhor IDH no ranking do estado em 2000.

Como destacam os dados dos municípios pólos analisados, em sua maioria, os municípios da região norte de Mato Grosso tem período de criação ao longo dos anos 1970, apesar de alguns terem iniciado o período de colonização desde os anos 1940, conforme destacado a seguir (LIMA, 2009).

### 3.2. Os Elementos Condicionantes da Dinâmica Evolutiva da Região Norte Matogrossense

Da revisão de literatura e dos fatos históricos da evolução dos municípios da Mesorregião Norte Matogrossense é possível estabelecer que os fatos que fizeram com que a região passasse a ter relações econômicas ocorreram a partir dos governos militares e estão associados ao processo de colonização da região. Dessa forma, é possível estabelecer os fatores determinantes (ou condicionantes) desta dinâmica evolutiva, a saber:

- i. a criação de infraestrutura econômica (estradas, energia, ...) e de assistência social (urbanização, escolas, hospitais, ...) em um segundo momento;
- ii. a oferta de recursos financeiros e incentivos fiscais do estado à baixo custo e fundo perdido;
- iii. a oferta de terras em grandes quantidades e a baixo preços; e
- iv. o intenso fluxo migratório (BORBA, 2009).

Em relação às evidências de “i) e de “ii), as mesmas estão compreendidas na chamada "Operação Amazônia", como ficou conhecido a investida dos militares na “Amazônia Legal”, que baseava-se em três ações principais e interligadas:

*Aplicação da Política de Incentivos Fiscais, elaborada para estimular o empresariado privado a investir na região e se tornar o agente de desenvolvimento local (criada pela Lei n° 5.174/66); criação do Fundo de Investimentos da Amazônia - Fidam, operado pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, agente financeiro complementar do sistema (instituído pelo Decreto-Lei n° 1.376/74); implementação dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional geridos pela Sudam e/ou Sudeco (MORENO e HIGA: 2005, p. 38).*

Dentre as ações do PIN, no início dos anos 1970, há a construção das rodovias Transamazônica (BR-230, que começa na Paraíba, e termina no Amazonas, e que ainda não foi totalmente pavimentada), a Perimetral Norte (BR-210, que deveria ligar Macapá-RR à Manaus-AM e cujas obras foram paralisadas no Governo Geisel e até hoje não foram completadas). As rodovias de maior impacto para Mato Grosso: a BR-251, que se estende do estado da Bahia até o estado de Mato Grosso; a BR-242 (idealizada ainda no governo JK), que previa a ligação do porto de Salvador na Bahia a BR-163 em Mato Grosso; a BR-158 ligando Barra do Garças no leste-norte de Mato Grosso ao estado do Pará; a BR-163 de Cuiabá a Santarém no Pará pelo centro-sul ao centro-norte do estado; a BR-364 (idealizada ainda no governo JK), reiniciada para ligar Cuiabá à Porto Velho em Roraima que cruza o estado do centro-sul ao sudoeste (PEREIRA, 2007).

Com as rodovias BR-163 (principal via de integração de Mato Grosso com o sul e o norte do Brasil) e BR-364 (principal via de integração de Mato Grosso com o sudeste e com Roraima), a Mesorregião Norte de Mato Grosso começa a criar a infraestrutura de comunicação que facilitam os projetos agropecuários de colonização públicos e privados na região norte. (Figura 3)

A SUDECO planejou o desenvolvimento da agricultura no cerrado, deixando a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a P&D de tecnologias agropecuárias (BARROS, 2008). O primeiro projeto desenvolvido pela SUDECO com efeito para Mato Grosso foi o Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro Oeste (PLADESCO), beneficiando as regiões de Aripuanã, Cáceres, Peixoto de Azevedo e Rondonópolis (ALVES JR., 2003).

Ainda na década de 1970, no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs I e II), cabe destacar os programas integrados de desenvolvimento regional, dentre eles: o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), gerenciado pela Sudeco e Sudam, que fomentou a região Juruena e Aripuanã no Mato Grosso, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), criado em 1975, que tinha por objetivo a ocupação das áreas de Cerrado para o cultivo das terras que antes eram consideradas imprestáveis para qualquer tipo de cultura (ABREU, 2001). Além dos programas mencionados, outros causaram impactos econômicos e socioambientais em Mato Grosso, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (Proterra), e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste) destinado à Amazônia, ao Nordeste e ao Centro-Oeste (MORENO e HIGA, 2005). A figura 3, a seguir evidencia os principais planos do Governo Federal que foram implantados ao longo das décadas de 1970-80 no estado de Mato Grosso, destacando inclusive as rodovias ferreas implantadas na época no estado.

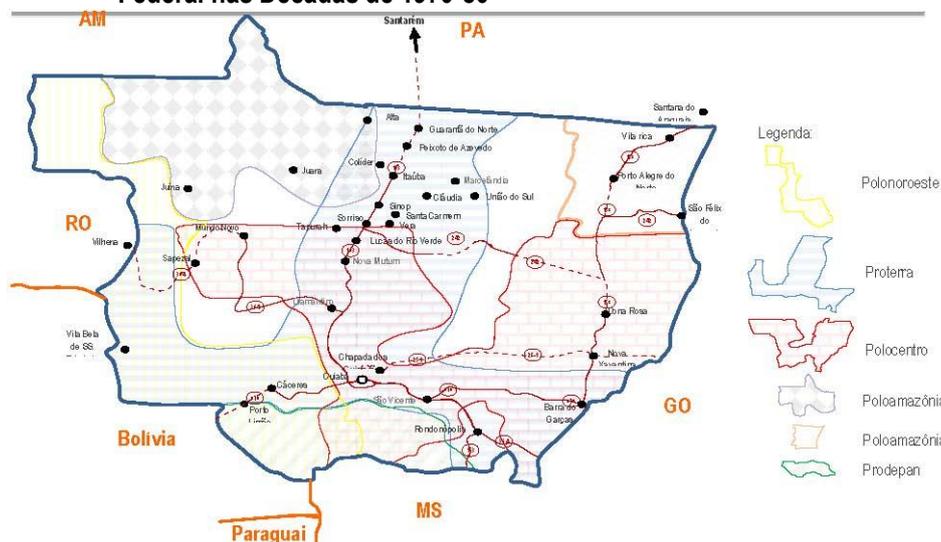
Em 1981, criou-se um plano específico para a região noroeste da Amazônia, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), cujo objetivo era o desenvolvimento de Mato Grosso e Rondônia. A ação concreta foi o asfaltamento da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho. Os resultados ambientais da aplicação dos recursos desse programa foram catastróficos para o estado de Rondônia, tanto que o Banco Mundial, financiador do programa, suspendeu a liberação de partes dos recursos, exigindo a realização de um zoneamento ecológico-econômico, o que resultou no Planaflores (MORENO e HIGA, 2005).

Quanto as evidências sobre o item “iii) a oferta de terras em grandes quantidades e a baixo preços”, segundo Moreno e Higa (2005, p. 48), no período 1940-60 foram implantados pelo INCRA cerca de 30 núcleos oficiais de colonização, destes 23 no atual território de Mato Grosso, abrangendo 400mil ha para cerca de 69 mil colonos. O estado de Mato Grosso transferiu também lotes de 10 mil ha a colonizadores individuais. Na década de 1970 também firmou contratos com cerca de 29 colonizadoras privadas concedendo em

média a cada uma 200 mil ha. Assim, nas décadas de 1970/80 foram implantados em Mato Grosso 234 projetos de “colonização” (variando de 200 a 500 mil ha em média cada projeto), em sua maioria sob supervisão do INCRA ou do INTERMAT, dos quais 215 (92%) eram agropecuários (com área média de 31.400ha por produtor rural e em sua maioria para pecuária), 14 (6%) industriais, e 5 (2%) de serviços básicos. Dos recursos financeiros da Sudam 31,12% foram destinados na época a Mato Grosso.

Em particular, o INTERMAT desde sua atuação em 1975 fez mais de 30 assentamentos beneficiando cerca de 5.639 famílias de pequenos produtores (MORENO e HIGA, 2005, NEDELEC, 2005).

**Figura 3 – Mato Grosso: Planos/Programas e Rodovias\* Implantadas pelo Governo Federal nas Décadas de 1970-80**



Fonte: Adaptado de Moreno e Higa (2005)  
\* Baseado em Cartografia Atual

Dentre os projetos privados de colonização cabe destacar os no eixo (as margens) da BR-163, onde se implantou três grandes projetos de colonização: Nova Mutum (Agropecuária Mutum S/A), Sorriso (Colonizadora Feliz) e Sinop (Colonizadora Sinop S/A que originou os municípios de Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia). Fora do eixo, mas na área de influência da BR-163, foram implantados os projetos de colonização de Alta Floresta (INDECO) e Colíder (Colonizadora Liderança). Além desses projetos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também implantou três grandes projetos de colonização no final da década de 1970 em: Lucas do Rio Verde, Peixoto de

Azevedo e Guarantã do Norte (MORENO e HIGA, 2005). Ver na figura 3, a localização dos municípios.

Um dos resultados desse intenso processo de colonização, especialmente a partir da metade da década de 1960, associada aos investimentos em infraestrutura, sobretudo rodovias federais, é o grande aumento do contingente populacional, conforme destacam os dados da tabela a seguir. Ao considerarmos que de 1940 para 1950 (período do começo dos processos de colonização no estado) ocorre no estado de Mato Grosso um aumento de 9,82% da sua população, ou seja, um crescimento bem abaixo da nacional, 25,97%, e que no período 1950 a 1960 ocorre aumento de 55,47%, ou seja, superior a uma taxa vegetativa natural, indicando forte processo emigratório para o estado no período, e que se intensifica nas décadas seguintes, 85,38% entre 1960-70, 85,79% entre 1970-80, 78,03% entre 1980-90.

Com a extinção da Sudam e da Sudeco no Governo Collor (1990-1992) e a diminuição das inversões financeiras que as mesmas praticavam através dos diversos programas que executavam no estado, constata-se diminuição no ritmo de crescimento regional, como evidencia a variação populacional de 1990 a 2000 ser de 22,76%, bem abaixo do período de atuação das instituições no estado. Dessa forma, fica evidenciado que no período 1960-90 ocorre forte processo migratório para Mato Grosso, sobretudo com suporte do estado.

Isso também fica evidenciado por Souza (2002, p. 30), que comenta que os principais fatores contribuintes da ocupação norte matogrossense após 1964 foram: o papel do Governo Federal atraindo, por um lado, o capital privado para a região através de incentivos fiscais e financeiros, e, por outro, estabelecendo as condições básicas de infraestrutura; também há aspectos externos à região (geopolítica e segurança nacional, exploração de recursos naturais), como elementos de dinamização e de modernização econômica, social e política; e a ocupação econômica da região de forma integrada à economia nacional.

Outro aspecto importante deste processo de colonização foi o rápido crescimento da urbanização decorrente do aumento significativo de municípios em Mato Grosso, os quais no início tinham suas áreas urbanas planejadas pelas colonizadoras privadas (onde a venda de lotes são até os dias atuais grande fonte de renda para estas empresas, e um fator dificultador do planejamento da urbanização dos municípios), onde de 34 municípios em 1970 (na atual área do estado), passa para 55 em 1980, 95 em 1990 e 141 municípios em 2000, destes 55 pertencentes à Mesoregião Norte (SEPLAN-MT, 2007).

**Tabela 1 – Brasil e Mato Grosso: Evolução da População Total – Período 1940-2009**

Anos	População Matogrossense		População Brasileira	
	Total	TCR (%)*	Total	TCR (%)*
1940	193.625	–	41.236.315	–
1950	212.649	9,82	51.944.397	25,97
1960	330.610	55,47	70.992.343	36,67
1970	598.879	85,38	94.508.583	33,13
1980	1.138.691	85,79	121.150.573	28,19
1990	2.027.231	78,03	146.917.459	21,27
2000	2.504.353	22,76	169.799.170	15,57
2009**	3.001.692	19,86	191.750.100	12,93

\* TCR: Taxa de Crescimento Relativo - \*\* Dados Parciais do ano de 2009

Nota = Dados antes de 1977 relativos somente ao território de Mato Grosso

Fonte: Adaptado de Moreno e Higa (2005, p. 73)/baseado em Censos Demográficos do IBGE.

A questão ambiental é alvo de grandes discussões, em que Pinto (2006, p. 19-20) sintetiza algumas das consequências ambientais das políticas de colonização da Amazônia e do Mato Grosso nos governos militares:

*o histórico de (re)ocupação e “integração” da Amazônia e, mais especificamente, ao longo da rodovia BR-163, [...] mostra que o megaprojeto de abertura da rodovia foi um modelo de desenvolvimento que ignorou a presença das populações nativas e as especificidades de uma das mais exuberantes florestas tropicais do mundo. Isso trouxe sérias consequências socioambientais [...] tornou-se um cinturão de degradação ecológica, com altos índices de desmatamento [...]. E, ainda, o coração da floresta amazônica é pressionado pela expansão da fronteira agrícola.*

Em suma, ao longo do período 1965-1985 ocorre um processo intenso de colonização e ocupação do estado matogrossense, o qual ocorre sob comando do estado e centrado nas atividades primárias extrativas mineral e vegetal e agropecuária (PEROZZI, 2004; PICHININ, 2008), e com dualismo tecnológico no campo, ou seja, formas avançadas de produção agropecuária em médias e grandes propriedades com forte e farto apoio econômico do estado convivendo com agropecuária de subsistência ou de pouca expressão econômica (a qual sempre esteve presente no estado em maior manifestação até o final da década de 1960), esta com acesso restrito a fontes de recursos financeiros do Estado, e ambas gerando forte passivo ambiental para a região.

A partir da década de 1990, a expansão da colonização acontece de uma forma natural, pois além da diminuição da oferta de terras na região, os preços das mesmas acabam se tornando altos, em decorrência da menor oferta e maior demanda e da forte

especulação imobiliária que passou a existir na região.

Atualmente, outros fatores têm contribuído para a imigração para a região, como oferta de emprego, oportunidades de negócios, dentre outros.

### **3. CONCLUSÃO**

A primeira tentativa de integrar economicamente Mato Grosso a economia nacional ocorre no Governo Getulio Vargas (1937-1945), em que Mato Grosso (especialmente a porção sul, atual Mato Grosso do Sul) passa a ter o papel de ser fornecedor de insumos e matéria-prima a indústria paulista que está em processo de desenvolvimento. No entanto, os resultados foram na época ínfimos para o atual Mato Grosso em decorrência de onde se localizaram e da falta de infraestrutura econômica e social, que inviabilizaram a maior parte dos empreendimentos.

No governo Juscelino Kubitschek (1956-61) tem-se a segunda fase de integração econômica de Mato Grosso a economia nacional, rompendo o isolamento histórico do Centro-Oeste. Entretanto, em seu conjunto, as rodovias de JK são insuficientes para que Mato Grosso viabilize o desenvolvimento autônomo a época.

Nos governos militares (1964-1985) temos a terceira fase de integração econômica de Mato Grosso, onde com diversos programas geridos por instituições públicas, nas esferas federal, estadual, com ações coordenadas com a Sudam, Sudeco e Incra e colonizadoras privadas, causaram impactos econômicos, sociais e ambientais, que contribuíram decisivamente para a reordenação do território matogrossense, especialmente, porque criaram a infraestrutura socioeconômica que no início dos anos 1980 integra a Mesorregião Norte de Mato Grosso a economia matogrossense. Isto ocorre com a própria integração da economia de Mato Grosso a economia brasileira, notadamente com o sudeste via BR-364, com o Sul e Norte com a BR-163 e com o Centro-Oeste por a BR-070. Assim sendo, valida-se a hipótese central desta pesquisa.

Em que os fatos relevantes que fizeram com que a Mesorregião Norte Matogrossense passasse a ter relações econômicas nos moldes do capitalismo contemporâneo estão associados ao processo de colonização da região e que tem como fatores condicionantes (ou determinantes):

- a) a criação de infraestrutura econômica e de assistência social;
- b) a oferta de recursos financeiros e incentivos fiscais do estado a baixo custo e a fundo perdido;
- c) a oferta de terras em grandes quantidades e a baixo preços; e
- d) o intenso fluxo migratório.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. **Planejamento governamental: A Sudeco no espaço Mato-grosense: contexto, propósitos e contradições.** Tese em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2001.

AMARAL FILHO, J. do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local.** In Planejamento e Políticas Públicas (PPP), Jun., 2001.

AMM. **Associação Matogrossense dos Municípios.** Disponível em: [www.amm.org.br](http://www.amm.org.br). Acessado em 20/06/2009.

ALVES Jr. G. T.. O Planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de mato grosso. **Caminhos de Geografia - Revista On Line.** 4(9), p. 17-30, jun/2003 - Instituto de Geografia UFU. Disponível em: [www.ig.ufu.br/caminhos\\_de\\_geografia.html](http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html). Acesso em: 07/11/09.

BARROS, G. S. de C. *et all.* **Economia da pecuária de corte na região norte do Brasil.** Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada CEPEA – ESALQ/USP. Piracicaba-SP, Agosto, 2008.

BORBA, B. Ap. S. de O.. **A Evolução socioeconômica da Mesorregião Norte de Mato Grosso e suas perspectivas de desenvolvimento sustentável.** 131 f, 2009. Monografia/Departamento de Economia – UNEMAT, Sinop-MT, Brasil.

BRITO, P. **Economia brasileira: Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas.** 2ª ed. São Paulo-SP: Atlas, 2004.

CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios.** 2ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum,** 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CNM – **Confederação Nacional dos Municípios.** Disponível em: [www.cnm.gov.br](http://www.cnm.gov.br)

FERREIRA DE LIMA, J. *Les institutions et la concertation territoriale.* **Organizations & Territoires.** Québec, vol.19, nº 01, p.45-50, hiver 2010.

FERREIRA, J. C. V.; SILVA, Pe. J. de M. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes.** Cuiabá-MT: Memória Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, L. de; et al. **As novas teorias do crescimento econômico – contribuição para a política regional.** In: Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro. FACE/ CEDEPLAR-UFMG. Ministério da Integração. Belo Horizonte, Fev., 2004.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: Enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOVERNO FEDERAL. **Programa de aceleração do crescimento**: PAC 2007-2010. Governo Federal - 22/01/2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos/Várias edições**: 1940/60/80/91/2000 - 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10/10/2010.

LIMA, M. B. et all. **Panorama da economia matogrossense – 2006**. Equipe Econômica da Superintendência de Estudos e Informações SEI. SEPLAN-MT, 2008. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>. Acesso em 04/10/2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2006.

MIN – Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**, 2009. Disponível em: [www.min.gov.br](http://www.min.gov.br). Acesso em 22/10/2009.

MIN – Ministério de Integração Nacional. **PDCO – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007 – 2020)**. Versão Final. Ministério da Integração Nacional. Brasília-DF, 2006.

MONOSOWSKI, E.. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. Cadernos Fundap – São Paulo, Ano 9, No. 16, p. 15-24, jun./1989.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso -Território - Sociedade - Ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

NEDELEC, V.; *et all*. **Evolução da ocupação do solo nos Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) no Mato Grosso**. In: Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2005, Goiânia - GO.

PEREIRA, B. D. **Mato Grosso**: Principais Eixos Viários e a Modernização da Agricultura. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2007.

PEREIRA, J. M.. **Finanças públicas**: a política orçamentária no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PEROZZI, M. **Estudo revela dinâmica de produção de arroz em MT**: Instabilidade da produção ainda representa fator de risco aos agentes locais. Arroz Brasileiro-Projeto Desenvolvido pela Natural Soluções Setoriais, 12/03/2004.

PICHININ, E. dos S.; SOUZA, R. J. de. **O avanço da fronteira agrícola no Norte de Mato Grosso**: algumas reflexões sobre os impactos socioambientais. IV Fórum Ambiental da Alta Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2008.

PINTO, M. O. **Entre o sonho e a realidade**: desafios da política ambiental na Amazônia. 170 p. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**/Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <[WWW.pnud.org.br](http://WWW.pnud.org.br)>. Acesso em: em 07/09/2009.

SCATOLIN, F. D.. **Indicadores de Desenvolvimento: um sistema para o estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

SEPLAN-MT. Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso - **Anuário 2007**. Disponível em: <<http://www.zsee.seplan.mt.gov.br/anuario2007/index.html>>

SILVA, L. K. R. **Migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985)**. Klepsidra: Revista virtual de historia, Nº. 23, 2005.

SIQUEIRA, E. M. **O processo histórico de Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: UFMT, 1990.

SOUZA, E. A. **Processo de colonização da Região Norte de Mato Grosso e a construção de suas práticas culturais**. Sinop: CEACD/ UNEMAT, 2002. Produção gráfica FESPE.

SOUZA, E. A. **Sinop: história, imagens e relatos**. Um estudo sobre sua colonização. Cuiabá-MT: UFMT, 2004.

SOUZA, N. de J.. **Desenvolvimento econômico**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VILLAR, P. M. Del. *et all*. **Impacto do projeto de asfaltamento da BR-163**: perspectivas da sociedade e do setor produtivo agrícola ao longo do eixo da Cuiabá – Santarém. Brasília – DF, 2005.

WWF-BRASIL. **Biomass brasileiros**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/>. Acesso em: 04/10/2009.